



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE COMBATE À FOME

SE-CAISAN

Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

RELATO DA XIV REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENO EXECUTIVO DA CAISAN

DATA: 13 de maio de 2014

HORÁRIO: 14h30 às 17h30

LOCAL: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 4º Andar, Sala de Reuniões nº 420

PAUTA

1. Organização do Governo para a XIV Plenária do CONSEA sobre "O Papel da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar na Segurança Alimentar e Nutricional";
2. Apresentação e validação da metodologia para a revisão do PLANSAN 2012-2015;
3. SISAN nos Estados e Municípios
4. Informes:
 - a. Conferência Regional da FAO 2014 - "Desafíos para la erradicación del hambre, la inseguridad alimentaria, la malnutrición y la pobreza extrema";
 - b. Informes Comitês Técnicos da CAISAN;
 - c. Publicação do Decreto nº 8.226, de 16 de abril de 2014 que altera o Decreto nº 6.272, de 23 de novembro de 2007, que dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar;
 - d. Obesidade e Regulação da Publicidade de Alimentos para Crianças; e
 - e. Informes de outros Ministérios.

PARTICIPANTES

ÓRGÃOS	PARTICIPANTES
CONAB/MAPA	João Marcelo Intini, Jussara Flores Soares
FNDE/MEC	Jordanna Costa
FUNAI/MJ	Júlio Araujo
MCTI	Osório Coelho
MDS	Arnoldo de Campos, Michele Lessa, Carmem Priscila Bocchi, Juliane Perini, Rafaela Gonçalves, Pedro Romani, Patrícia Gentil, Janine Giuberti, Sílvia Sousa, Francisco Marques (ASCOM)
MF	Aloisio Melo
MMA	Jânio Oliveira Coutinho



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE COMBATE À FOME

SE-CAISAN

Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

MPA	Fernanda Sampaio, Alexandre Giehl, Susana Gomes
MPOG	Kalid Nogueira
MRE	Milton Rondó e Sabrina Granhein (DFID)
SAÚDE	Eduardo Nilson, Tatiane Pereira
SG/PR	Selvino Heck
CONSEA	Valéria Burity, Marcelo Gonçalves, Ekatarine Karageogiadis (Instituto Alana)

- Às 14h30, o Secretário Executivo da CAISAN, Arnaldo de Campos, deu início à XIV Reunião Ordinária do Pleno Executivo da CAISAN.

- Perguntou aos presentes se estavam de acordo com o relato da última reunião, enviado a todos por e-mail. Ninguém se manifestou contrariamente e o relato foi considerado aprovado.

- Repassou os pontos de pauta, propondo que o informe sobre a participação do governo na Conferência Regional da FAO fosse o primeiro item.

Conferência Regional da FAO 2014 - "Desafíos para la erradicación del hambre, la inseguridad alimentaria, la malnutrición y la pobreza extrema"

Arnaldo de Campos (CAISAN)

Relatou que a Conferência discutiu sobre a nova agenda para a América Latina e Caribe com foco no acesso e na qualidade dos alimentos. A situação dos países em relação à obesidade é preocupante.

Houve um forte debate sobre o tema da agricultura familiar, pesca e extrativismo como estratégias para garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na região. Para isso, seria necessária uma abordagem mais abrangente sobre desenvolvimento rural incluindo o fortalecimento da agricultura familiar.

Apesar da nova agenda, a temática da fome ainda é importante e prioritária. 16 países da região ainda não cumpriram as meta de erradicação da fome.

Para lidar com esse problema, a associação dos países no combate à pobreza é essencial, assim como o apoio e a qualificação de programas de alimentação escolar e fortalecimento da agricultura familiar.

Finalizou destacando o reconhecimento do Brasil na América Latina e Caribe por sua capacidade de gestão de programas de SAN.

Milton Rondó (MRE)

Destacou que o debate sobre soberania alimentar não alcançou consenso.

Modelo de cooperação do Brasil com a sociedade civil foi solicitado pelos países.

É essencial que haja o enfrentamento da alta de preços dos alimentos que afeta a população mais pobre.

A questão do abastecimento apareceu bastante, em todas as mesas de discussão.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE COMBATE À FOME

SE-CAISAN

Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

João Intini (CONAB)

Sugeriu, durante a Conferência, que fosse realizado um encontro com órgãos similares à CONAB nos países para troca de experiências sobre metodologias de análise de preços e abastecimento visando, possivelmente, a formação de estoques mundiais.

Osório Coelho (MCTI)

Colocou que o objetivo do MCTI é transformar a ação de SAN do Ministério em uma ação mais robusta. A Conferência foi importante para trocar experiências com outros países e propor parcerias no sentido de alinhar as políticas públicas do Ministério com a SAN. O MCTI, atualmente, tem 25 projetos com ações vinculadas à UNASUL e à África.

Organização do Governo para a XIV Plenária do CONSEA sobre "O Papel da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar na Segurança Alimentar e Nutricional";

Arnoldo de Campos (CAISAN) - Houve total acordo do governo com a proposta do tema apresentado pelo CONSEA.

Michele Lessa (CAISAN) – Em reunião, a Mesa Diretiva do CONSEA havia previsto apenas o debate sobre pesca artesanal, mas após reuniões com o Ministro da Pesca, chegou-se a um consenso de incluir também a temática da aquicultura familiar. Por não existir um acúmulo muito grande do CONSEA sobre o tema, o objetivo da plenária é aprofundar a temática com os conselheiros.

Valéria Burity (CONSEA) – Apresentou a pauta preliminar da plenária, reforçou a importância de se compreender o papel da pesca e da aquicultura na SAN e identificar os principais desafios enfrentados pelos pescadores, dentre os quais: acesso a documentos, adequação de programas à realidade dessa população específica, acesso a terra e territórios.

Informou sobre a reunião conjunta CPCE, CP5 e CP3 no dia 27/05/2014. A ideia é iniciar o processo de discussão e pactuação do tema antes da plenária.

Priscila Bocchi (CAISAN) – Apresentou a estrutura do documento da CAISAN que subsidiará o debate no CONSEA. Os temas do documento foram pautados pelos movimentos representados no CONSEA e em reuniões preparatórias realizadas com os órgãos do governo federal envolvidos com a temática.

Fernanda Sampaio (MPA) – Destacou a metodologia de elaboração intersectorial do documento e reforçou a importância de se incluir os temas também ligados à aquicultura familiar. Alguns temas podem ter maior destaque como a compra do



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE COMBATE À FOME

SE-CAISAN

Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

pescado no PAA e no PNAE. Acesso a território e compras públicas são os maiores entraves.

Milton Rondó (MRE) – Colocou que seria interessante incluir o tema da poluição dos rios no debate e para tanto sugeriu convidar o MMA para a plenária e não apenas o ICMBio. Informou sobre a realização de um estudo que a Fiocruz/Recife realizou sobre a manutenção e qualidade da água das cisternas e sugeriu a apresentação desse trabalho no CONSEA e na CAISAN.

Arnoldo de Campos(CAISAN) – Explicitou que os ministérios devem expor questões relacionadas à cadeia produtiva do pescado como um todo, incluindo tanto a lógica da oferta como do consumo. Ademais os órgãos devem pautar outros temas e desafios que do ponto de vista do governo são importantes.

Por fim, agradeceu o empenho e a participação do governo na IV CNSAN+2.

Osório Coelho (MCTI) – Informou sobre a proposta do MCTI de apoio a um projeto de produção de gelo a partir da energia solar, assim como a criação de um Centro Vocacional Tecnológico (CVT) móvel em Tocantins (TO) para capacitar pescadores. Esse projetos dependem de liberação de recursos orçamentários.

Michele Lessa (CAISAN) – Informou que a Plenária, além do tema da pesca, discutirá em todas as Comissões Permanente (CP) propostas do CONSEA ao orçamento federal de 2015. O foco do debate será especificamente em programas que o Conselho considere que os recursos são insuficientes.

As comissões também irão se debruçar nas Exposições de Motivos (EM) que foram enviadas aos órgãos respondidas ou não respondidas (2012 e 2013). CAISAN irá entrar em contato, articulará e sistematizará as respostas para envio ao CONSEA.

Jânio Coutinho (MMA) – destacou que a CAISAN deve ter um cuidado especial com aquelas EM que envolvem vários órgãos.

Valéria Burity (CONSEA) – A ideia do CONSEA é realizar o monitoramento das EM com maior tempestividade e dentro das CP.

Milton Rondó (MRE) – Ressaltou que no estado do Amazonas existe um projeto de pesca sustentável denominado “bacalhau da Amazônia”. Sugeriu convidar os envolvidos no projeto e a Senadora Vanessa Grazziotin para apresentação da experiência no CONSEA.

Outra sugestão que considera importante discutir na CAISAN diz respeito ao aumento do percentual das necessidades nutricionais diárias de 20 para 30% que uma refeição do PNAE deve garantir aos alunos matriculados.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE COMBATE À FOME

SE-CAISAN

Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

Susana Gomes (MPA) – Lembrou que o MPA está elaborando um plano de ação (diretrizes) de redução do desperdício de pescado desde a pré-captura, captura, colheita, armazenamento, beneficiamento, transporte e comercialização.

Michele Lessa (CAISAN) – Informou que o MS foi chamado na mesa diretiva do CONSEA para discutir o guia alimentar. CONSEA irá emitir uma recomendação a respeito do guia.

Valéria Burity (CONSEA) – Lembrou que o CONSEA também irá emitir uma EM sobre transgênicos, considerando a resposta encaminhada pela CTNBio após a realização da Mesa de Controvérsias em 11 e 12 de julho de 2013.

Apresentação e validação da metodologia para a revisão do PLANSAN 2012-2015

Priscila Bocchi (CAISAN) – Apresentou a proposta do CT de Monitoramento para a estrutura do Plano e cronograma de revisão. Enfatizou que o Plano revisado será entregue em julho de 2014 e logo após terá início o processo de elaboração do novo plano 2016-2019.

Explicou a definição das metas primárias e secundárias e os critérios de priorização e exclusão. Ressaltou que no CT existe uma preocupação de que fique bem clara a metodologia adotada no processo de revisão.

As pendências serão tratadas em reuniões bilaterais.

Por fim, apresentou o cronograma, o qual foi aprovado.

Jânio Coutinho (MMA) – Apresentou preocupação com as metas da Diretriz 4, principalmente com aquelas relacionadas a território. Durante a oficina houve dificuldades para priorização e não priorização das metas.

Kalid Nogueira (MPOG) – No MPOG tem se discutido bastante sobre a estrutura do PPA e as dificuldades para monitorá-lo. Os desafios são a existência de muitas metas, inclusive de processo. A ideia é que para o próximo sejam priorizadas metas mais estratégicas e a dificuldade em integrar o orçamento aos atributos do plano, como as metas e objetivos.

Destacou que o orçamento é muito dinâmico e as ações orçamentárias sofreram uma desatualização bastante expressiva com a criação dos planos orçamentários (PO). Assim a proposta para o PLANSAN é também fazer uma revisão identificando as novas ações orçamentárias e seus respectivos planos orçamentários (PO) que apresentam um nível maior de desagregação.

Sobre o processo de revisão do PPA, destacou 3 tipos de alterações:



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE COMBATE À FOME

SE-CAISAN

Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

- a. Para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais (LOA);
- b. Para incluir, excluir ou alterar informações gerenciais;
- c. Para incluir, excluir e alterar programa temático ou objetivo, via Projeto de Lei.

Durante o processo de revisão, decidiu-se por não retirar as metas cumpridas. Sugeriu que para o PLANSAN fosse criado um anexo de "metas cumpridas".

Marcelo Gonçalves (CONSEA) – Destacou que na revisão do PLANSAN deve-se levar em consideração não apenas as propostas do Relatório da Conferência, mas também da carta política.

Michele Lessa (CAISAN) – Informou que a SE-CAISAN encaminhou, via Ofício, a carta política a todos os Ministérios.

SISAN nos Estados e Municípios

Patrícia Gentil (CAISAN) – Apresentou a situação atual do SISAN, ressaltando que as CAISANs estaduais estão estruturadas e funcionando e que, em 2013, o processo de implementação do SISAN nos municípios foi bastante intenso e qualificado.

No segundo semestre a ideia é publicar uma resolução da Câmara definindo responsabilidades da rede de universidades, denominada – "Rede de Parceiros".

Há ainda a proposta de elaborar uma resolução com definição de competências federativas no âmbito do SISAN – gestão, programas, plano, monitoramento e equipamentos de SAN.

Está prevista a realização de uma oficina intersetorial para pactuação das responsabilidades (sem data definida) e o objetivo é estabelecer as bases para o primeiro pacto de gestão pelo DHAA. Com isso, o próximo plano poderá ser elaborado com metas pactuadas entre municípios, estados e União.

Mapeamento da SAN (CensoSAN) – O objetivo é coletar informações para aperfeiçoamento dos processos de gestão e que não existam nos sistemas de informação disponíveis. A ideia é começar por grandes municípios – acima de 200 mil habitantes. O questionário ficará disponível para consulta e considerações do pleno por um período de 15 dias.

Espera-se que o Censo disponibilize dados e análises para elaboração dos planos estaduais e municipais de SAN.

Júlio (FUNAI) – Sugeriu a inclusão dos Institutos Federais na "Rede de Parceiros" para a implantação do SISAN.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE COMBATE À FOME

SE-CAISAN

Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

Patrícia Gentil (CAISAN) explicou que não houve apresentação de propostas por parte dos Institutos quando da publicação do edital.

Obesidade e Regulação da Publicidade de Alimentos para Crianças

Janine (MDS) – Apresentou a estratégia de prevenção e controle da obesidade e pediu apoio na divulgação.

Está em discussão uma minuta de portaria normativa (MPOG) que trata da alimentação saudável no ambiente de trabalho. Existem outras propostas previstas na estratégia como recomendações nutricionais para restaurantes nos órgãos, *coffee breaks* e estruturação das copas.

Michele Lessa (CAISAN) – Sobre questões processuais, apresentou a proposta de se instituir um CT de prevenção e controle da obesidade em substituição à criação de um Comitê Gestor apresentada na reunião do pleno no dia 01 de agosto de 2013, explicitando as razões e considerando a publicação do novo regimento interno da CAISAN. A proposta foi acatada pelos presentes.

Selvino Heck (SG/PR) – Pediu para incluir na publicação da estratégia os nomes das secretarias da presidência que participaram do processo de elaboração.

Ekaterine Karageogiadis (Instituto Alana) – Informou que o Instituto Alana trabalha com dois projetos importantes: "Criança e Consumo"; e "Prioridade Absoluta.

A instituição faz parte do Conselho Deliberativo do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) que publicou, recentemente, a Resolução nº 163, de 13 de março de 2014. Esta resolução tem um escopo voltado para o consumo e se aplica de forma ampla a crianças e não apenas ao consumo de alimentos.

Está disponível *online*, no site do Instituto, um sistema de perguntas e respostas para esclarecimentos e dúvidas a respeito do tema tratado na resolução.

Há, ainda, um trabalho de sensibilização das famílias e, também, dos órgãos governamentais para que cada um, dentro da sua esfera de atuação, aplique a resolução.

A publicação do normativo constitui-se em um avanço, mas não exclui a elaboração dos Projetos de Leis que continuam sendo importantes e essenciais para aumentar as medidas protetivas relacionadas a esse tema.

Michele Lessa (CAISAN) - Agradeceu a presença do ALANA na reunião e colocou que é preciso pensar estratégias para apoiar a sociedade civil no trabalho conjunto com ANVISA e MS.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE COMBATE À FOME

SE-CAISAN

Secretaria-Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

Milton Rondó (MRE) – Colocou que é preciso discutir estratégias para impedir que uma criança faça propaganda de qualquer tipo de produto e não apenas de alimentos.

Indicador de Prevalência de Subnutrição da FAO

Michele Lessa (CAISAN) – Esteve em curso um processo de discussão entre FAO e MDS sobre a metodologia de cálculo do indicador de prevalência de subnutrição da FAO (*Prevalence of Undernourishment - PoU* – sigla em inglês).

O debate teve três encaminhamentos importantes:

- 1- O Indicador será revisado para o Brasil – deverá entrar na meta de países desenvolvidos < 5,0%
- 2- O Brasil fará parte do relatório internacional no estudo de caso.
- 3- FAO Brasil vai fazer um relatório sobre o estado da arte da SAN no Brasil.

Outros informes:

Michele Lessa (CAISAN) - Foi publicado o Decreto nº 8.226, de 16 de abril de 2014, que altera o Decreto nº 6.272, de 23 de novembro de 2007, incluindo o Ministério da Justiça/FUNAI como representação governamental no CONSEA. Será publicado, ainda, um Decreto que atualiza a nova composição da CAISAN.

Milton Rondó (MRE) – Voltando à discussão do indicador da FAO, ressaltou que esse debate é mais antigo e que anteriormente foi realizada uma mesa redonda com o IBGE, MRE e MDS já assinalando que existia o problema. Parabenizou o trabalho.

Sabrina Granhein (DFID) – Informou que ela foi contratada pelo *Department for International Development* (DFID) para realizar entrevistas com o objetivo de mapear expectativas e atores para o eventos de alto nível que acontecerão no Brasil: *Olimpíadas e Nutrition for Growth*.

Michele Lessa (CAISAN) – Destacou que na última reunião do Comitê Técnico de Povos e Comunidades tradicionais da CAISAN (CTPCT) foram apresentados os resultados da pesquisa de "Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas".

Nada mais havendo a tratar, às 17h40 deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou o presente relato que, depois de aprovado, será por mim assinado.